

# 26 anos de história: nas ruas, como sempre

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES  
ano 2 · nº 18 · setembro de 2009 · www.cut.org.br

Reduz pra 40  
que o Brasil aumenta



Horas Semanais

**CUT**  
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES  
www.cut.org.br

**Categorias em campanha  
buscam mesmo sucesso  
do primeiro semestre**

Página 2

**30 anos de anistia**

Página 3

**Dia 7 de outubro:  
centrais mobilizadas  
pelo trabalho decente**

Páginas 4 e 5

**Aprovado regimento  
interno da 1ª Conferência  
Nacional de Comunicação**

Páginas 4 e 5

**Conheça a nova  
Executiva Nacional**

Página 5

**FUP comenta o projeto  
do governo para o pré-sal**

Página 7

**Saiba mais sobre as  
possíveis mudanças  
nas aposentadorias**

Página 8

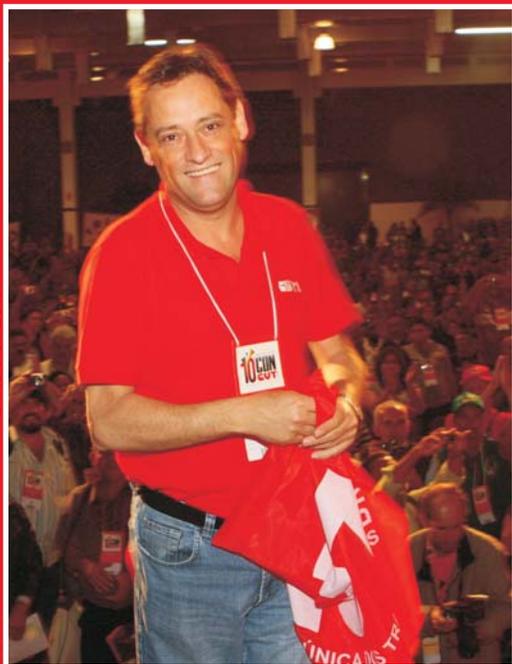
**20 anos sem Gonzagão**

Página 8

No dia de seu aniversário, a CUT faz passeata pelo centro de São Paulo. Destaque para a redução da jornada e para as campanhas do segundo semestre



ediTorial



Dino Parizotti

Mal tivemos tempo para comemorar a realização de nosso 10º CONCURTO, nosso aniversário de 26 anos ou a eleição de nossa nova Direção Nacional. Mobilização é o que nos faz avançar.

Temos três questões fundamentais que estão no centro do debate ideológico neste segundo semestre. A CUT precisa se engajar cada vez mais nessas disputas. E a esquerda – partidos e movimentos sociais – precisam tomar os temas para si, pois a resistência da direita é enorme.

Falo da redução da jornada de trabalho sem redução de salários, que os empresários não querem deixar passar. Trata-se também da defesa do princípio de soberania nacional e da justiça social no caso do pré-sal.

Quero chamar também a atenção, especialmente, para a luta pela atualização dos índices de produtividade da terra. O governo federal prometeu que irá fazê-lo. A elite, inclusive alguns de seus representantes que ocupam cargos no governo, está se opondo de maneira organizada e feroz. Temos de nos unir, sindicatos, movimentos sociais, partidos e intelectuais de esquerda, para apoiar essa medida, que simplesmente vai abolir o uso de critérios e medidas defasadas há 34 anos. Os dados aplicados hoje para definir se uma terra é produtiva ou não são de 1975, época em que mal se imaginava a mecanização ou a tecnologia existentes hoje.

Atualizados os índices, continua a luta pelo limite de propriedade da terra e pela aprovação da PEC do trabalho escravo. Todos instrumentos de construção de uma efetiva reforma agrária, bandeira que é da CUT, da Fetraf, da Contag e do MST.

**Artur Henrique, presidente nacional**

Conquista

**93% das campanhas salariais igualam ou ultrapassam a inflação e ajudam no combate à crise**

Superar a crise depende em grande parte da ação dos trabalhadores e trabalhadoras, que ganham ainda mais poder quando estão organizados em sindicatos combativos.

No primeiro semestre de 2009, momento em que os efeitos da crise chegaram com intensidade, as negociações salariais das categorias com data-base no período tiveram resultados econômicos melhores do que os conseguidos no primeiro semestre de 2008.

O Dieese, ao analisar os acordos coletivos de 245 categorias com data-base no primeiro semestre, concluiu que 93% das campanhas conquistaram aumento real (maior que a inflação) ou igual à inflação. No ano anterior, em meio à euforia de uma economia que crescia sem sustos, 87% das campanhas atingiram aumentos semelhantes.

Do total das campanhas do primeiro semestre, 77% delas ultrapassaram a inflação do período. No ano anterior, o índice foi de 72%.

Os dados confirmam que tem sido extremamente importante a resistência dos sindicatos cutistas em reforçar suas campanhas salariais e em defender os empregos, em vez de aceitar acordos sem luta, com redução de salários ou suspensão de contratos. ●●●



Sindipetro-PR

Mobilização na Refinaria Presidente Getúlio Vargas (PR)

humor

Ilustrador há mais de 20 anos, o mineiro Ideraldo Simões desenha para livros didáticos e para publicações sindicais de diversas regiões do Brasil. Mora em Perdigoão, cidade de 7 mil habitantes próxima a Divinópolis, com a companheira e o filho de 12 anos. E ainda tem tempo para pescar, um de seus passatempos prediletos. É dele o trabalho abaixo.



expediente:

**Jornal da CUT** é uma publicação mensal da Central Única dos Trabalhadores. **Presidente:** Artur Henrique da Silva Santos. **Secretária nacional de Comunicação:** Rosane Bertotti. **Direção Executiva:** Adeilson Ribeiro Telles; Antonio Lisboa Amâncio do Vale; Aparecido Donizeti da Silva; Camem Helena Foro; Dary Beck Filho; Denise Motta Dau; Elisângela dos Santos Araújo; Expedito Solaney; Jacy Afonso de Melo; Jasseir Alves Fernandes; João Felício; José Celestino; José Lopez Feijóo; Julio Turra; Junéia Martins Batista; Manoel Messias; Maria Julia Nogueira; Pedro Armengol; Quintino Severo; Rogério Pantoja; Rosana Sousa de Deus; Rosane da Silva; Shakespeare Martins de Jesus; Vagner Freitas; Valeir Ertle. **Jornalista responsável:** Isaias Dalle (MTB 16.871). **Redação e edição:** Ana Paula Carjon, Isaias Dalle, Leonardo Severo, Paula Brandão, Vanessa A. Paixão (secretaria e revisão), William Pedreira da Silva (estagiário) e Eder Eduardo (programador). **Projeto gráfico e diagramação:** TMax Propaganda. **Capa:** foto de Dino-Parizotti. **Colaborou nesta edição:** subseção Dieese. **Impressão:** Bangraf. **Tiragem:** 20 mil exemplares.

his tória

# Lei de anistia completa 30 anos

O dia 28 de agosto - data de aniversário de 26 anos da CUT – foi marcado também pelos 30 anos de promulgação da Lei de Anistia Política no Brasil. A lei nº 6.683 foi sancionada em 1979, após forte pressão popular, pelo último dos presidentes generais, João Baptista Figueiredo.

A lei, tida por alguns setores como "ampla, geral e irrestrita" recebeu várias críticas dos movimentos sociais que lutavam pela redemocratização do país e hoje é considerada por pesquisadores como uma lei que preserva interesses do falecido regime militar.

Entre os pontos mais criticados da lei estão a exclusão de pessoas condenadas por crimes como terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal – acusações com base em rótulos da ditadura e que pesavam sobre legítimos defensores da democracia.

Em 2008, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) protocolou, no Supremo Tribunal Federal, uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 153) que questiona a anistia a policiais e militares que, durante o regime militar, praticaram atos de tortura.

A ação da OAB contesta a validade do primeiro artigo da Lei da Anistia, que considera igualmente perdoados os crimes "de qualquer natureza" ou praticados por motivação política no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979.

Segundo a assessoria jurídica da OAB, a ação quer a distinção entre torturados e torturadores. "A Ordem avalia como irregular a extensão da anistia de natureza política aos agentes do Estado. Conforme a entidade, os agentes policiais e militares da repressão política não teriam cometido crimes políticos, mas comuns".

**Reparações** – Algumas reivindicações foram atendidas em leis posteriores, como a 9.140, conhecida como Lei dos Desaparecidos, aprovada em dezembro de 1995, que determinou o fornecimento de atestados de óbitos a desaparecidos políticos.

Outra foi a reparação econômica garantida mais de 20 anos depois da Lei de Anistia, com a aprovação da Lei 10.559, em 2002. O líder petroleiro da histórica greve de maio de 1995, Antonio Carlos Spis, foi indenizado em



Petroleiros protestam diante do TST, que julgara a greve "abusiva"

2004, nove anos após ter sido arbitrariamente demitido pela Petrobrás. Na época, o sindicalista soube da demissão através da imprensa. "A anistia é a correção de uma grande injustiça. A greve é um direito e os

trabalhadores devem usar esse recurso na luta por melhores condições de trabalho e salários sem que sejam punidos ou demitidos", desabafa Spis.

## O assassinato de Santo Dias

O ano de 1979 foi marcado por movimentos grevistas em todo país. Na época, milhões de trabalhadores e trabalhadoras reivindicavam aumentos salariais entre outras questões específicas de diferentes categorias profissionais. A insatisfação era generalizada e a repressão maior ainda. Os conflitos entre manifestantes e polícia militar eram constantes.

Em um desses episódios morreu o militante de oposição sindical metalúrgica da capital paulista e da Pastoral Operária, Santo Dias da Silva. Em outubro de 1979, pouco depois da edição da Lei da Anistia, Santo era um dos líderes de uma greve que sacudia o movimento sindical pelego.

Em uma panfletagem em frente à fábrica de eletroeletrônicos Sylvania, a polícia tentou prender alguns de seus colegas. Num momento de tensão, o PM Herculano Leonel baleou Santo pelas costas. Ele tinha então 37 anos. Deixou dois filhos e esposa. O assassinato levou às ruas do Centro de São Paulo milhares de pessoas que participaram de grande manifestação histórica contra a ditadura militar. Seu funeral tornou-se ato político de grande impacto. A greve e a morte de Santo estão retratadas no documentário "Braços Cruzados, Máquinas Paradas".

@cesse

nossos portais e saiba mais sobre o mundo do trabalho

www.cut.org.br e www.redebrasilatual.com.br

# É luta: 40 horas já, nova lei do petróleo, at

Dino/Parizotti



Plenário do 10º CON CUT saúda a nova Direção eleita em chapa consensual: unidade inédita

No próximo 7 de outubro, dia da Jornada Mundial pelo Trabalho Decente, a CUT organiza mobilização de rua em Brasília para pressionar deputados e senadores a aprovarem a PEC (Proposta de Emenda Constitucio

nal) 231-A/95, que reduz a jornada de trabalho sem redução de salários e ainda sobretaxa as horas extras em 75% sobre a hora normal. As demais centrais participam. O desafio de nossos sindicatos e de

nossas estaduais é reunir o maior número de militantes, já que a votação no Congresso será dura e os empresários estão jogando pesado (veja mais na página seis).

## Saem normas e calendários da Confecom

A comissão organizadora da 1ª Conferência Nacional de Comunicação (Confecom) aprovou no dia 1º de setembro o regimento interno do evento, com o calendário e os critérios para representação de governos (20%), dos movimentos sociais (40%) e entidades empresariais (40%).

Com o tema "Comunicação: meios para a construção de direitos e de cidadania na era digital", a etapa nacional da Confecom está marcada para 1º, 2 e 3 de dezembro, em Brasília. As Conferências estaduais tem o 8 de novembro como data limite. As municipais devem ocorrer até 20 dias antes da Estadual.

Para a secretária nacional de Comunicação da CUT, Rosane Bertotti, que compõe a Comissão Organizadora da Conferência, é o momento de a base cutista se mobilizar no conjunto dos municípios ao lado dos movimentos sociais, contribuindo com a formulação de propostas que assegurem a inadiável democratização do setor.

GESTÃO 2009-2012 PRESIDENTE



Presidência da CUT  
Artur Henrique  
(Energético - SP)

SECRETARIAS



Vice-presidente:  
José Lopez Feijóo  
(metalúrgico-SP)



Secretário-geral:  
Rosane Bertotti  
(metalúrgico-RS)



Administração e Finanças:  
Vagner Freitas  
(bancário-SP)



Comunicação:  
Rosane Bertotti  
(agricultora familiar-SC)



Política Sindical e Organização:  
Jacy Afonso de Melo  
(bancário - DF)



Relações Internacionais:  
João Felício  
(professor-SP)



Relações do Trabalho:  
Denise Motta Dau  
(Seguridade Social-SP)



Formação:  
José Celestino  
(professor-MG)



Mulher Trabalhadora:  
Rosane da Silva  
(trabalhadora do setor de vestuário-RS)



Políticas Sociais:  
Expedito Solaney  
(bancário-PE)



Saúde do Trabalhador:  
Manoel Messias  
(comunicação-PE)



Juventude:  
Rosana Sousa de Deus  
(química-SP)

# Atualização dos índices de produtividade...

Por este mesmo período, a CUT estará empenhada em acompanhar os debates em torno da proposta de nova lei do petróleo, que vai tramitar no Congresso. O calendário decisivo em torno de projetos de interesse da classe trabalhadora ainda inclui o encaminhamento das propostas de aumento real das aposentadorias e de mudanças positivas nas regras e cálculos previdenciários. (veja mais nas páginas seis e oito). São pelo menos três disputas prioritárias e acirradas para a CUT se ocupar até o final do ano.

São também mobilizações e pressão política que colocam em movimento o Plano de Lutas aprovado pelo 10º Congresso Nacional da CUT (CONCUT), concluído em 7 de agosto. CONCUT que elegeu uma chapa unitária e que apontou a diretriz maior de buscar um novo modelo de desenvolvimento para o Brasil, com sustentabilidade socioambiental (veja mais nestas páginas).

Neste sentido, a anunciada determinação do governo Lula em atualizar os índices de produtividade da terra, atendendo uma parte das reivindicações populares em defesa da reforma agrária, deve ser apoiada por nós, contra as fortes investidas reacionárias que ganham eco nos jornais.

Faz parte dessa estratégia a elaboração da Plataforma da Classe Trabalhadora para as Eleições 2010, que vai sendo formada através das oficinas – como a intitulada “Estado, Democracia, Participação Popular e Controle Social”, realizada em São Paulo entre 18 e 19 de agosto. Delas sairão as propostas essenciais que a CUT vai defender nas eleições do ano que vem – todas contrárias ao modelo neoliberal dos adversários PSDB e DEMo.

Entre as prioridades da CUT para a Confecom, ressaltou, estão a construção de um novo marco regulatório com mudanças nos processos de concessões de rádio e televisão; regulamentação dos artigos 220, 221 e 223 da Constituição Federal; fortalecimento do sistema público de comunicação e o fomento a rádios e tvs comunitárias; estabelecimento de políticas e de mecanismos de controle público de comunicação; universalização da banda larga e inclusão digital, e o estabelecimento do horário sindical gratuito, a exemplo do que já acontece com os partidos políticos.

## Nova avaliação da terra avança na luta pela reforma agrária

A pauta do mundo sindical tem um novo elemento a seu favor na disputa do projeto político de reforma agrária no Brasil. A decisão de atualizar os índices de produtividade da terra, anunciada no mês de agosto pelo presidente Lula, deu fôlego ao desafio histórico da Central, da Fetraf, da Contag, do MST e de todos que lutam de verdade pela justiça social.

Por se tratar de um assunto delicado e de extremo interesse dos conservadores que detêm a grande maioria das terras no Brasil, tem gerado polêmica no cenário político do país.

“As matérias veiculadas tentam desviar o foco central da questão, que é avanço na distribuição de terras no país. A proposta do governo é disponibilizar somente terras improdutivas, portanto os que produzem não têm nada a temer”, afirma a secretária de Meio Ambiente da CUT, Carmem Helena Foro.

Carmem destaca a atuação dos movimentos sociais que há anos travam esta difícil batalha. “Esta medida resolverá parte do problema, a partir dela teremos um volume maior de terras para assentar milhares de famílias que vivem nas margens das estradas”, enfatizou.

Enquanto isso, a CUT e suas entidades continuam pressionando pela aprovação do PEC que acaba com o trabalho escravo e pela criação de um novo limite de propriedade da terra, que acabe de fato com o latifúndio.

**O que é** - a atualização nada mais é do que a revisão de índices defasados há 34 anos. Pela proposta lançada no mês de agosto pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), os índices – que servem de parâmetro para classificar uma propriedade como produtiva ou improdutiva – serão atualizados com base na Produção Agrícola Municipal (PAM), feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por microrregião geográfica. Isso significa que haverá uma análise caso a caso das propriedades para definir o nível de produtividade.

Os atuais índices foram fixados em 1980, com base no censo agropecuário de 1975 – época em que a agricultura não tinha a mecanização nem a tecnologia atuais, que elevaram e muito a produtividade. A atualização vai levar em conta a média de produtividade dessas microrregiões entre 1996 e 2007.

Dados do estudo “Fontes e Crescimento da Agricultura Brasileira” mostram que, de 1975 a 2008, a taxa de crescimento do produto agropecuário foi de 3,68% ao ano, o que dá suporte à atualização dos índices. No período de 2000 a 2008, o crescimento anual foi de 5,59%. A pesquisa foi divulgada em julho de 2009 pelo Ministério da Agricultura.

Outro dado que estimula a medida governamental é o crescimento da PTF (Produtividade Total dos Fatores). O índice brasileiro (que, entre 2000 e 2008, chegou a 4,98% anualmente) bateu o chinês (3,2% de 2000 a 2006), o estadunidense (1975 a 2006, de 1.95%) e o argentino (de 1960 a 2000, de 1.84%).

### DIRETORIAS EXECUTIVAS



Combate ao Racismo:  
Maria Julia Nogueira  
(Seguridade Social- MA)



Meio Ambiente:  
Carmem Helena Foro  
(trabalhadora rural-PA)



Julio Turra  
(professor-SP)



Elisângela dos Santos Araújo  
(agricultora familiar-BA)



Adeilson Ribeiro Telles  
(professor-RJ)



Rogério Pantoja  
(urbanitário-AP)



Dary Beck Filho  
(petroleiro-RS)



Junéia Martins Batista  
(servidora municipal- SP)



Valeir Ertle  
(comércio e serviços-SC)



Aparecido Donizeti da Silva  
(químico- SP)



Jasseir Alves Fernandes  
(trabalhador rural-ES)



Antonio Lisboa Amâncio do Vale  
(educação-DF)



Pedro Armengol  
(administração pública-PI)



Shakespeare Martins de Jesus  
(metalúrgico-MG)

mobiliza<sup>ção</sup>

## Central comemora 26 anos



Parizotti

Nas ruas do Brás, tem início a passeata de aniversário e de posse

No dia de aniversário de 26 anos da CUT e da posse da nova Direção Nacional, em 28 de agosto, a Central comemorou com uma de suas especialidades: mobilização. Uma passeata com mais de três mil pessoas partiu da sede da entidade, percorreu as ruas do Brás, bairro de rica história operária e onde fica localizada a CUT, e terminou com um grande ato político em frente ao Teatro Municipal de São Paulo.

Além da evidente celebração, a passeata teve como temas a redução da jornada de trabalho sem redução de salários e as campanhas salariais das categorias com data-base no segundo semestre. Pouco antes do ponto de chegada, as lideranças e os militantes da CUT somaram-se aos guardas civis metropolitanos, então em greve na tentativa de abertura de negociações com o prefeito da cidade – que havia oferecido sonoro 0% de reajuste aos guardas.

**40 horas** - Três dias antes, em Brasília, lideranças da Central disputaram acirrado debate com representações empresariais durante sessão da Comissão Geral da Câmara dos Deputados. O tema, novamente, redução da jornada de trabalho. Em intervenções bastante fortes, o presidente e o vice-presidente da CUT, Artur Henrique e José Lopes Feijóo, derrubaram dois dos argumentos apresentados à exaustão pelos empresários: de que a redução causará perda de competitividade e de que a mudança deve ser objeto de negociação entre as partes.

Com dados econômicos do Dieese e alguns da própria CNI (Confederação Nacional da Indústria), os dirigentes provaram que o crescimento da competitividade da indústria nos últimos quinze anos – em torno de 150% - é muito maior que os custos que a jornada menor trará -1,99%. E de que negociação não é o forte do empresariado em geral, que se recusa a fazê-lo em diversas circunstâncias.

**Forte unidade** – No dia 14 de agosto, a Jornada Nacional Unificada de Lutas fez jus ao nome. Em diversas cidades, as centrais sindicais e os principais movimentos sociais compareceram em peso a mobilizações cuja pauta, em resumo, foi a luta em defesa dos empregos e salários contra a crise internacional. ●●●

políti<sup>ca</sup>

## Pré-sal: governo avança, mas pode ir além

Após um ano de debates e disputas na sociedade - os movimentos sociais defendendo o monopólio estatal do petróleo e os empresários querendo a manutenção da Lei 9.478/97 que desregulamentou o setor - o presidente Lula propôs ao Congresso Nacional novas regras. A proposta do governo amplia o papel do Estado e se contrapõe ao projeto entreguista implantado pelos tucanos, mas, apesar dos avanços, ainda não é suficiente.

Por um lado, as mudanças propostas por Lula colocam em xeque as práticas privatizantes que FHC e seu partido, PSDB/DEM, impuseram ao país. Com o apoio dos que hoje estão na oposição, quebraram o monopólio estatal e esvaziaram a Petrobrás como podiam – e o tempo permitiu. Hoje, o PSDB/DEM está, inclusive, buscando apoio de uma empresa de Houston, nos Estados Unidos, para assessorar os senadores tucanos na CPI que ataca a Petrobrás.

**Controle estatal e social** - Muito antes das discussões oficiais sobre as regras de exploração do pré-sal, a CUT, a FUP, as centrais e os movimentos sociais já se mobilizavam para garantir o controle estatal e social do petróleo, em todo o território e plataforma continental. Construíram uma proposta unitária de legislação, o PL 5891/2009, assinado por 24 parlamentares de esquerda, que propõe: controle integral do Estado sobre o petróleo, gás natural e seus derivados; a transformação da Petrobrás em empresa 100% estatal e pública; a destinação social da riqueza gerada por estes recursos minerais; a retomada das áreas exploratórias que foram leiloadas, entre outras medidas para afirmar a soberania nacional sobre este setor.

A proposta enviada pelo governo, apesar de um avanço, não garante o controle integral do Estado. Além disso, altera as regras somente das áreas do pré-sal que não foram licitadas, mantendo sob posse privada os blocos entregues nos leilões. A proposta de capitalização da Petrobrás é também um fato importante, mas uma parte significativa de seu capital continuará sob o comando de acionistas privados. O governo ainda optou por criar uma nova estatal para representar a União nos futuros contratos de partilha.

**Fundo Social** - nossa proposta para o Fundo Social Soberano também é mais ampla que a do governo. Defendemos que todos os recursos excedentes que resultarem das jazidas sejam destinados para políticas públicas de combate às desigualdades sociais, e não apenas uma parte, como prevê o governo.

Nosso desafio é manter-nos firme na disputa no Congresso e, primeiro, impedir o retrocesso que a direita quer impor à sociedade. E lutar para aproximar a proposta do governo à nossa. ●●●



Fábio Rodrigues Pozzebom/Abra

Ministra Dilma apresenta o projeto do governo para o pré-sal

Internacional

## CS I convoca Jornada Mundial

A Confederação Sindical Internacional (CSI) e a Confederação Sindical dos Trabalhadores das Américas (CSA) convocaram para o próximo 7 de outubro uma nova Jornada Mundial pelo Trabalho Decente. Desde já, é hora de os sindicatos, federações, confederações e as estaduais da CUT organizarem suas delegações e sua participação.

No Brasil, a CUT e as demais centrais sindicais vão dar visibilidade à luta pela redução da jornada de trabalho sem redução de salário, pela aprovação da política de valorização do salário mínimo e da PEC 438, contra o trabalho escravo, e pela ratificação das Convenções 151 e 158 da OIT, que tratam respectivamente da garantia de negociação no serviço público e do impedimento à demissão imotivada.

## Curtas

### Piso Nacional

Mais de um ano após a lei 11.738/08 instituir o Piso Salarial Profissional Nacional, também conhecida como Piso Nacional da Educação, educadores de todo o Brasil reclamam da falta de empenho de governadores e prefeitos em colocar em prática a nova regulamentação. Por isso a CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação) faz mais um ato de protesto no dia 16 de setembro. A ação acontece em Brasília, em frente ao Supremo Tribunal Federal.

### Seguridade Social

De 29 de setembro a 3 de outubro a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social (CNTSS/CUT) realiza as Oficinas Regionais sobre "Orçamento Público e Controle Social", destinadas a dirigentes e assessores dos sindicatos da Região Norte e Região Centro-Oeste. Simultaneamente, a entidade estará realizando o I Encontro Regional do Ramo, para debater estratégias, levando em consideração seu V Congresso, marcado para o ano que vem.

### Sindicatos e estudantes

A Fenados (Federação Nacional dos Empregados em Empresas e Órgãos Públicos e Privados de Processamento de Dados, Serviços de Informática e Similares) organiza e patrocina o XXVII ENECOMP - Congresso Nacional dos Estudantes de Computação, de 4 a 8 de setembro em Curitiba (PR). O objetivo é promover a expansão da área de computação através da integração entre os estudantes.

### Grito dos Excluídos

Diversas CUTs se somaram ao Grito dos Excluídos, no último dia 4. A pauta deste ano engloba: denúncia do modelo econômico que, ao mesmo tempo, concentra riqueza e renda e condena milhões de pessoas à exclusão social e propor caminhos alternativos, de forma a desenvolver uma política de inclusão, com a participação ampla de todos os cidadãos.

### Reconhecimento à vista

O ramo de transportes da CUT comemora uma importante vitória. No último dia 3 de agosto foi empossada a nova direção cutista da Federação dos Trabalhadores em Empresas de Transportes Rodoviários de Cargas, de Coletivos Intermunicipais e Interestaduais de Mato Grosso do Sul (FTR-CUT). A Federação representa nove sindicatos e 200 mil trabalhadores na base. Esta vitória é importante para a CNTT-CUT (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transporte) porque a Confederação está a um passo de obter o seu reconhecimento jurídico. Pelo critério do Ministério do Trabalho, para obter a carta sindical uma Confederação precisa ter no mínimo três federações. Atualmente, a CNTT contempla a FNP-CUT (Federação Nacional dos Portuários) e a Fentac-CUT (Federação Nacional dos Trabalhadores em Aviação Civil).

### Plástico e ambiente

Entre 4 e 18 de setembro, a CNQ/CUT (Confederação Nacional do Ramo Químico) e a Fetquim (Federação dos Trabalhadores do Ramo Químico no Estado de São Paulo) realizam o Seminário "Desafios do Setor Plástico: Sustentabilidade, Qualificação e Emprego na Produção de Sacolas Plásticas". O seminário tem duas etapas e o objetivo é buscar informações técnicas e científicas para discutir as propostas que vêm sendo apresentadas por parlamentares e secretarias de meio ambiente para diminuir ou eliminar impactos sobre o meio ambiente.

### Greve Geral

Os servidores públicos estaduais de Alagoas pressionaram pra valer o governador tucano Teotônio Vilela no último dia 4 de setembro. Junto com o Grito dos Excluídos, os companheiros e companheiras organizaram greve contra o governo, que não respeita a data-base dos servidores, não cumpre leis estaduais e federais (como o piso salarial dos professores e a isonomia da mesma categoria), não recebe os trabalhadores para dialogar e está usando a mídia local para contar mentiras e colocar a sociedade contra a classe trabalhadora. Em uma recente manifestação pacífica dos agentes penitenciários, ao invés de dialogar com a categoria, ele enviou a polícia para agredir os manifestantes. Os trabalhadores do departamento de trânsito já estavam em greve, declarada não-abusiva pela Justiça. Mesmo assim os grevistas tiveram seus pontos cortados e receberam o salário com os dias descontados. A paralisação geral incluiu ato público na praça D. Pedro II, Maceió, em frente à Assembleia Legislativa do Estado.



Emanuelle Vanderlei

Servidores alagoanos protestam contra intolerância

### Saúde do Trabalhador

A Conticom-CUT (Confederação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores nas Indústrias da Construção e da Madeira) em conjunto com o INST (Instituto Nacional de Saúde no Trabalho) realiza um seminário sobre Saúde e Segurança do Trabalhador, nos dias 15 e 16 de setembro. Durante o encontro, serão discutidos temas como: as doenças originadas no setor da construção e da madeira, o Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário e o Fator de Previdência de Acidentes.

### Campanha dos Bancários

A Contraf-CUT (Confederação Nacional dos Trabalhadores no Ramo Financeiro) iniciou as negociações da Campanha Nacional dos Bancários 2009 no dia 18 de agosto. Em setembro continuam as reivindicações: reajuste de 10%, valorização dos pisos, garantia de emprego com a ratificação da Convenção 158 da OIT, participação nos lucros e resultados de três salários mais R\$ 3.850 fixos, segurança contra assaltos, combate às metas abusivas e ao assédio moral. Bancários, a luta é de todos.

### CNTV no Nordeste

No dia 17 de setembro, com uma reunião entre as direções da CUT-RN e do Sindicato da Fiação e Tecelagem de Natal, a CNTV (Confederação Nacional dos Trabalhadores do Vestuário) dá início a campanha de filiação e de fortalecimento do ramo na região. Já no dia 19, a Confederação promove um seminário na Bahia, para discutir Organização Sindical e regularização do registro sindical da Federação do Vestuário e Calçados do Estado da Bahia. Estas ações fazem parte da política de organização da CNTV para impulsionar as campanhas salariais do segundo semestre.

### Ação Sindical

Entre os dias 22 e 24 de setembro acontece a 9ª edição da Conferência Internacional Pesquisa e Ação Sindical. Realizada pelo Instituto Observatório Social, CUTMulti, Fundação Friedrich Ebert (FES) e Centro de Solidariedade da AFL-CIO, a Conferência discutirá a importância do diálogo social como elemento da cultura democrática e como ferramenta para empresas e trabalhadores(as) em tempos de crise.

## Mudanças positivas nas aposentadorias

As centrais sindicais e o governo federal, depois de diversas audiências no mês de agosto, elaboraram propostas para um acordo em torno de aumentos reais para todas as aposentadorias e de mudanças nas regras dos benefícios futuros.

As propostas ainda precisam se transformar em acordo e, depois, serem aprovadas pelo Congresso Nacional.

Pela proposta, haverá aumento real (acima da inflação) para todas as aposentadorias acima de um mínimo em janeiro de 2010 e de 2011. O aumento será composto pela inflação do ano anterior e pela metade do índice de crescimento do PIB registrado dois anos antes.

Se as previsões atuais se confirmarem, a inflação medida em 2009 pelo INPC fechará em 4%. O PIB de 2008 fechará em 5,1%. Portanto, inflação de 4% mais 2,5% (que é metade do índice do crescimento do PIB), deve produzir um aumento de 6,65% para todas as aposentadorias acima de um salário mínimo em janeiro do ano que vem.

Para além de 2011, os aumentos reais e uma política ampla de recuperação do poder de compra das aposentadorias serão elaborados em conjunto por uma comissão formada por representantes dos aposentados e ministros de Estado.

**Piso previdenciário** – Para os benefícios calculados pelo piso, continua a política de valorização do salário mínimo (inflação + índice de crescimento do PIB de dois anos antes). Esta política, impulsionada a partir de 2004 pelas Marchas de fim de ano realizadas pelas centrais, já garantiu 45% de aumento acima da inflação para 18 milhões de aposentados, desde o início do atual governo.

Preservar o ritmo de crescimento do salário mínimo tem sido uma das principais preocupações das centrais neste momento. Se o projeto que atrela o reajuste de todas as aposentadorias ao salário mínimo for aprovado no Congresso, há o risco de essa política cair por terra.

Como a lei que cria a política do mínimo ainda não foi votada pelos parlamentares – os aumentos só estão acontecendo todo o ano porque o governo Lula tem mantido sua palavra – é bem possível que sua aprovação continue sendo adiada, para evitar a súbita elevação dos gastos com a Previdência que a associação direta entre salário mínimo e o conjunto das aposentadorias criaria – calcula-se um acréscimo de R\$ 40 bilhões por ano.

Se continuar sem regulamentação, a política de valorização do salário mínimo, que beneficia diretamente mais de 43 milhões de brasileiros e que em 2009 deve injetar mais R\$ 28 bilhões na economia, pode ser derrubada por um outro governo em 2011. Portanto, preservá-la é a prioridade das centrais, que incluíram o tema na proposta de acordo.

**Fator previdenciário** – Para criar condições concretas de superar o famigerado fator previdenciário, as centrais e o governo elaboraram uma alternativa conhecida como Fator 95/85. Através dessa fórmula, os trabalhadores que futuramente atingirem o tempo mínimo de contribuição – 30 para mulheres e 35 para homens – vão receber melhores benefícios.

Pelas regras atuais, criadas depois da reforma previdenciária do FHC, homens e mulheres precisam ter 63,4 anos de idade para se aposentar com 100% do benefício, mesmo que já tenham contribuído para a Previdência por 35 anos ou mais. Já as mulheres precisam ter 58,4 meses de idade.

Pelo Fator 95/85, homens e mulheres vão precisar somar o tempo de contribuição comprovado e a idade que têm. Se o resultado for 95 para homens e 85 para mulheres, o benefício que receberão será integral. Com as mudanças propostas, o tempo necessário para se aposentar com 100% vai cair bastante. Veja dois exemplos.

### Exemplo 1:

Um trabalhador que começou a trabalhar aos 16 anos e já cumpriu 35 anos de contribuição receberia, pelas regras atuais, um benefício de apenas 62,94% do total. Esse trabalhador estaria com 51 anos e teria de trabalhar ainda entre 7 e 8 anos para receber aposentadoria integral. Com as mudanças, a soma da idade e o tempo de contribuição daria 86. Portanto, com mais 4 anos e meio de trabalho adicional, esse trabalhador atingiria 95 e receberia aposentadoria integral. De cerca de 8 anos de trabalho adicional necessários atualmente, as mudanças farão esse tempo cair para 4 anos e meio. Confira a conta:

$$a) 51 (\text{idade}) + 35 (\text{tempo de contribuição}) = 86$$

$$b) 95 (\text{fator}) - 86 = 9$$

$$c) 9/2 (\text{tempo de contribuição adicional mais a idade}) = 4,6$$

### Exemplo 2:

Uma mulher trabalhadora que iniciou sua vida profissional aos 16 e já cumpriu 30 anos de contribuição, pela regra atual teria de trabalhar mais 11 anos para receber 100% do benefício. Se se aposentasse imediatamente, receberia apenas 53% do valor integral. Pelas novas regras propostas, ela teria de trabalhar apenas 4,6 anos para receber benefício 100%. De 11 anos adicionais, o tempo cairia para 4,6 anos.

Hoje há também uma perda de cerca de 10% do benefício da mulher em relação ao do homem, caso ela queira se aposentar antes de completar a idade mínima. Com a nova fórmula, tanto a mulher quanto o homem terão de trabalhar o mesmo tempo adicional para ter o benefício de 100%, como demonstram os exemplos.

**Comprovação fica mais fácil** – Para aperfeiçoar o Fator 95/85, as centrais convenceram o governo a aceitar mudanças no cálculo do tempo de contribuição e de idade que vão reduzir a distância entre trabalhadores que já atingiram o tempo de contribuição (30 e 35 anos) e suas aposentadorias:

- a elevação da média de expectativa de vida dos brasileiros deixa de ser considerada para fins previdenciários;
- 30% das piores contribuições deixam de ser computadas. Hoje, apenas 20% são expurgadas;
- o tempo de seguro-desemprego vai ser computado como tempo de contribuição;
- aviso prévio também será computado como tempo de contribuição;
- garantia de manutenção no emprego para todos os que estiverem a 12 meses de se aposentar;
- a idade de vida será calculada a partir do fator 1,4, logo depois que o tempo de contribuição estiver completo. Pelo fator 1,4, cada 10 anos são considerados 14 anos.



Diminui o tempo necessário para se aposentar com 100%

## 20 anos sem Lua



Coleção de discos do Rei do Baião em museu na Paraíba

Antes de Luiz Gonzaga, o baião era um trecho musical tocado na viola pelos repentistas, durante os breves intervalos em que buscam inspiração para os próximos versos. Gonzagão, no final dos anos 1930, soube aplicar aquela estrutura musical à sanfona e, logo depois, descobriu que com a ajuda de uma zabumba e um triângulo, um novo gênero poderia estar a caminho.

A descoberta, longe de ser um acaso, ganhou até um manual cantado: “Eu vou mostrar pra vocês/ como se dança o baião” (Baião, 1945, parceria com Humberto Teixeira). Anos mais tarde, o crítico Carlos Rennó escreveria que essa canção era a primeira “música-manifesto”, reforçando o caráter inventivo do pernambucano de Exu, manifestado também em canções de protesto pioneiras no Brasil.

Criança, Gonzagão se dividia entre a roça e a sanfona, sempre por influência do pai. Ganhou o mundo aos 18 anos por causa de um amor frustrado: o pai da moça não queria o namorado, e o pequeno sanfoneiro pensou em matá-lo com uma peixeira. A dura repressão da mãe ao instinto de revanche levou o menino a fugir e entrar para o exército.

Caiu anos depois no Rio, tocava aqui e ali mas, sucesso mesmo, só depois de executar uma composição própria, “Vira e Mexe”, no programa radiofônico de Ary Barroso.

Lua, como também era conhecido, é apontado por historiadores e críticos como o principal responsável, ao lado de Jackson do Pandeiro, pela popularização da música nordestina nas regiões metropolitanas de todo o Brasil. Em agosto, faz 20 anos que Gonzagão morreu.